na Educação Infantil, para que possam elevar a autoestima da criança negra e desenvolver nesta um sentimento de pertencimento ao grupo o qual pertence , faz-se necessário a preparação do profissional pedagogo e a participação efetiva de todo o corpo docente, no sentido de viabilizar uma educação voltada, para as relações raciais, questões identitárias e a cultura afro-brasileira, considerando também a participação da família e de toda comunidade escolar, neste processo.

Espero que esse estudo possa contribuir para a reflexão acerca da Educação Infantil e o trabalho étnico-racial nos anos iniciais da educação, contribuindo assim para a formação de uma sociedade melhor.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. De 5 de outubro de1988.

. Lei n° 8069. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De 13 de julho de 1990.

. Lei Federal n° 11.645/08 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

. Lei Federal n° 11.639/03 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

. Lei n° 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 1996.

. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico – Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas. Brasília, 2004: Conselho Nacional de Educação.

. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicoraciais e para Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. MEC, Brasília, setembro de 2009.

Dourado, J. Breve Histórico da Educação Infantil. Disponível em: https://pedagogiaaopedaletra.com/breve-historico-da-educacao-infantil/

CAVALLEIRO, E. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na educação infantil. – São Paulo: Contexto, 2003.

A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

DANIELLE SANTANA SILVA OLIVEIRA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo trazer o tema deficiência intelectual e a sua inclusão de pessoas com alguma deficiência acontece, pelo prisma da educação transformadora e inclusiva, quando a qualidade acadêmica proposta poderá derrubar certas barreiras tradicionais que presenciamos dentro das escolas brasileiras. Iremos abordar e fazer uma reflexão sobre a importância do respeito nas relações sociais e na convivência na escola, como elemento essencial para o processo de ensino-aprendizagem; observando como estas relações ocorrem, verificando se há respeito às diferenças e à diversidade entre elas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Escola; Respeito; Diversidade; Deficiência.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o campo da neurociência vem atraindo atenção no campo da educação. A neurociência tem sido compreensivelmente um assunto de curiosidade e exploração. Adicionar neurociência à mistura permitiria, potencialmente, aos professores rastrear esses conceitos fisiologicamente no cérebro, sem dúvida tomando as intervenções que eles

aplicaram mais.

A primeira preocupação que temos quando pensamos em deficiência, integração e inclusão, era a de integrar os deficientes fazendo com que estes conseguissem permanecer na escola, com o passar dos tempos e com as políticas públicas de inclusão escolar o foco foi sendo alterado e somente a integração não seria suficiente para a verdadeira inclusão escolar.

No conceito de inclusão escolar os alunos deficientes deveriam ter direito ao acesso e à permanência no sistema escolar, a preocupação visava somente os deficientes muitos alunos ainda continuavam excluídos dentro do sistema educacional. Possuir uma legislação específica para esse atendimento educacional especializado não se torna suficiente quando pensamos na diversidade e na realidade das escolas nos dias atuais. Uma mudança de concepção para uma educação inclusiva e a garantia de inclusão e sucesso educacional de todas as crianças, sejam elas deficientes ou não, traz alguns avanços significativos no processo de ensino-aprendizagem.

A exclusão escolar não se refere apenas aos deficientes e sim a todos aqueles que não ingressam na escola ou que não conseguem nela permanecer e nem tampouco apropriar-se dos conhecimentos ali oferecidos. Quando pensamos em educação inclusiva, as formas de atendimento devem unir serviços e apoios especializados que servirão para todos os alunos.

Com a ampliação das leis que embasam a educação inclusiva e as normativas que orientam as adaptações e apoio escolar, apresentam-se também os desafios que as escolas enfrentam diante da educação inclusiva de qualidade para todos os alunos. O professor, agente de transformação dessa realidade, é questionado diante de sua formação que, até hoje é deficitária em oferecer ao profissional de educação uma base que dê conta das especificidades de cada realidade.

Os objetivos específicos se baseiam na importância de estabelecer uma escola realmente inclusiva, permitindo assim respeitar a maneira de ser e agir de cada um individualmente. A inclusão beneficia as crianças com deficiências no sentido de progresso de seu desenvolvimento com interação com o outro, pois está comprovado que para um bom progresso no desenvolvimento de uma criança é necessário a interação social que, também ajuda no aprendizado de todas as crianças.

A compreensão do currículo como um território político, intrinsecamente comprometido com a heterogeneidade e as diferenças culturais que compõem a realidade escolar, tal como versa a teorização educacional crítica que empreende uma visão renovada e ampliada de currículo em ligação estreita com o conhecimento e a cultura, é uma das propostas deste estudo (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, ENSINO FUNDAMENTAL CICLO I, 1997).

A DEFICIÊNCIA E SEUS CONCEITOS

As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como meio de comunicação entre surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida e garantir se a que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu pais. Devido às necessidades particulares dos surdos e do grupo de cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (AZEVEDO; BARROS,

2004, p, 78).

A pessoa com deficiência física tem mudanças nas funções normais do corpo, causando comprometimento físico, ocorrem dificuldades de executar certos movimentos motores, ou não executar nenhum movimento de modo coordenado.

MARCOS HISTORICOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA

Na década de 40, não se tinha preocupação com a criança deficiente, mas na década de 50 ocorreu uma expansão das classes e escolas especiais e instituições filantrópicas como, por exemplo, a Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE (1954), (SILVA, 2012):

O ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares. Existe ensino especial em todo o mundo sejam em escolas de frequência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola de ensino regular.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos.

Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

De um modo geral, a educação especial lida com aqueles fenômenos de ensino e aprendizagem que não são os mesmos com que lida a educação regular. Tal modalidade lida com a educação e aperfeiçoamento de indivíduos que não se beneficiaram dos métodos e procedimentos usados pela educação regular.

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda Constitucional de 1978 e a Lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar(os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/educação especial), (FERREIRA, 2006, p. 87).

A educação inclusiva tem adequações e apoio que se dão por meio de flexibilização e adaptações de recursos instrucionais como materiais pedagógicos, equipamentos, currículos entre outros, com capacitações de recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados, eliminação de barreira atitudinais, arquitetônicas, curriculares, comunicativas, sinalização, etc. e encaminhamento para o mercado de trabalho. De acordo com Carvalho (2007):

É oportuno considerar a educação especial/inclusiva como conjunto de recursos e serviços educativos que, na escola ou fora dela, podem contribuir para o processo de aprendizagem de alunos que, por inúmeras causas endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentam necessidades educa-

cionais especiais (CARVALHO, 2007, p. 79).

Já existiram diversos estudos oferecidos à Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, formando então documentos importantes que formam um parecer sobre a educação especial. De acordo com Rhoden e Gouveia (2001) a educação especial traz para o âmbito da educação e do ensino específico avanços importantes para os portadores de deficiências, nas áreas educacionais, políticas e sociais, entre esses avanços citam- -se:

• Proposta de inclusão de itens ou disciplinas acerca dos portadores de necessidades especiais nos currículos dos cursos de 1º e 2º graus;

• Desafios para a educação especial frente à Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional;

• Formação de professores para a educação inclusiva;

• Recomendações aos sistemas de ensino;

• Referências para educação especial;

É garantido pela LDBEN através de uma construção curricular o direito daquele aluno com necessidades de educação especial a possibilidade de ter acesso ao ensino, à cultura, ao exercício da cidadania e à inserção social produtiva. As dificuldades de aprendizagem que o aluno de inclusão tem na escola devem ser compreendidas mesmo que venha a ter situações simples, transitória, complexas e/ou permanentes que poderão ser resolvidas através de trabalho pedagógico com recursos ou técnicas especiais para que o mesmo possa ter acesso ao currículo de modo mais adequado e adaptado em escolas regulares e quando este aluno tiver graves comprometimentos mentais e/ou múltiplos deverá ser proporcionado um currículo funcional que atenda as necessidades práticas de vida (RHODEN e GOUVEIA, 2001).

A inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade humana na sociedade, isto é, garante o acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das diferenças de cada um no grupo social. A inclusão tem um valor social importantíssimo no que diz respeito à integração da criança no seu grupo, tendo direito a todas as condições de aprendizagem mesmo tendo as suas diferenças.

Assim a inclusão irá facilitar o caminho para que esta criança tenha acesso ao desenvolvimento da criatividade, desejo de mudanças, elevação da autoestima, além de vencer os medos que ajudam a superar os limites (STAINBACK e STAINBACK, 1999).

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2007, p. 14).

A inclusão educacional e social de acordo com o Decreto n° 5.296/04 foi regulamentada, as leis n° 10.048/00 e° 10.098/00, estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível é implementado com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade.

Ainda se tem o Decreto n° 5.626/05, que regulamenta a Lei n° 10.436/2002, que visa a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Portanto é importante ressaltar que:

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2007, p. 09).

LEIS E DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado no Título I, do Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar, com absoluta, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Para se compreender o real significado da legislação não basta ater-se à letra da lei; é preciso captar o seu espírito, Não é suficiente analisar o texto; é preciso analisar o contexto. Não basta ler as linhas; é preciso ler nas entrelinhas (SAVIANI, 2007, p. 176).

São demonstrados, a seguir, Documentos do Sistema ONU que servem para garantir a lei para a pessoa com deficiência (2003, p.16-17).

1990 - Declaração Mundial sobre Educação para Todos /Unesco.

1993 - Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência / ONU.

1993 - Inclusão Plena e Positiva de Pessoas com Deficiência em Todos os Aspectos da Sociedade / ONU.

1994 - Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Educação para Necessidades Especiais /Unesco.

1999 - Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala) / OEA.

2001 - Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) / OMS, que substituiu a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades / OMS, de 1980.

2003 - Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência / ONU. 2003 - Declaração de Kochi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, sendo que na educação inclusiva nenhum aluno, deve ficar sem acolhimento em escolas regulares.

Sendo assim, cabe à escola garantir a permanência deste aluno na instituição, com a oferta de ensino de qualidade, embora seja desafiador e trabalhoso, acredita-se que o primeiro passo para a inclusão é lidar com a diferença de maneira natural, sem encobri-la ou destacá-la em excesso, pois é uma condição que estará sempre presente na vida desse aluno, cabendo a todos respeitar e aceitar a possibilidade de enriquecer a convivência na